



Iniciativas das empresas para trabalhadores com responsabilidades de prestação de cuidados a crianças ou adultos com deficiências

Resumo executivo

Introdução

O presente relatório apresenta os resultados do trabalho da Eurofound sobre as iniciativas das empresas para trabalhadores com responsabilidades de prestação de cuidados a crianças ou adultos com deficiências. A investigação concentrou-se nas iniciativas que os empregadores podem tomar para ir ao encontro das necessidades dos trabalhadores que têm responsabilidades de prestação de cuidados (informais), incluindo pais que prestam cuidados a filhos com deficiências e pessoas que prestam cuidados a adultos que deles necessitam em razão de deficiência, doença ou idade avançada.

A maior parte da investigação incidiu no estudo de casos de “empresas” (do sector público e do sector privado) que adoptaram abordagens para apoiar prestadores de cuidados que trabalham. Foram ainda analisados os contextos em termos de diálogo social da UE e dos Estados Membros, bem como a bibliografia e os dados estatísticos sobre o tema da prestação de cuidados e emprego.

Contexto político

De um ponto de vista político, as interações entre emprego e prestação de cuidados estão a tornar-se cada vez mais importantes na Europa, com o aumento do número de pessoas idosas a necessitar de cuidados, a somar ao elevado número de crianças e de adultos não idosos com deficiências ou doenças prolongadas que recebem cuidados informais. A sustentabilidade dos sistemas de prestação de cuidados a longo prazo passa por um contributo substancial dos prestadores de cuidados informais, enquanto as exigências do mercado de trabalho e os estilos de vida e aspirações contemporâneos favorecem uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

Se não forem apoiados, os prestadores de cuidados não serão, provavelmente, capazes de fazer face a todas as suas tarefas – poderão não ser capazes de dar o melhor de si no trabalho, poderão não ser capazes de prestar cuidados com a frequência e a qualidade de que gostariam ou poderão sobrecarregar-se, num esforço para desempenhar bem ambos os papéis. Com efeito,

muitos prestadores de cuidados em idade activa podem ter dificuldade em encontrar um trabalho remunerado, o que lhes pode trazer implicações financeiras negativas a curto e a longo prazo, devido às consequências duradouras da saída temporária ou permanente do mercado de trabalho.

Principais conclusões

Alguns dos principais tipos de medidas ao nível das empresas para apoiar prestadores de cuidados que trabalham são os seguintes:

- medidas relacionadas com licenças;
- possibilidade de redução do horário de trabalho;
- flexibilidade e ajustamento do trabalho;
- sensibilização e desenvolvimento de competências dos responsáveis e dos trabalhadores;
- saúde no trabalho e medidas de bem estar;
- apoios relacionados com a prestação de cuidados, como informação, aconselhamento e apoio prático na prestação de cuidados.

Nos 11 países participantes – Áustria, Bélgica, Alemanha, Finlândia, França, Irlanda, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslovénia e Reino Unido –, foram preparados mais de 50 estudos de casos de iniciativas de empresas para trabalhadores que prestam cuidados. Os principais tópicos que ressaltam dos casos estudados são os seguintes:

É frequentemente necessária sensibilização no seio das empresas

Os níveis de sensibilização para a situação dos trabalhadores que prestam cuidados afiguram-se frequentemente menos elevados do que em relação aos pais trabalhadores. Por esse motivo, é importante, em muitos casos, sensibilizar os gestores, os supervisores e os trabalhadores para a situação dos trabalhadores que prestam cuidados.

As empresas prestam apoio ao nível do trabalho e ao nível da prestação de cuidados

Embora as abordagens mais comuns se centrem em medidas relacionadas com o trabalho (licenças, redução de horário e flexibilidade), muitos dos casos oferecem ainda exemplos da prestação de apoio relacionado com a prestação de cuidados, por parte dos empregadores (informação, aconselhamento e apoio concreto para os custos dos cuidados ou para encontrar serviços que prestem cuidados).

A combinação de abordagens orientadas com uma abordagem universal afigura-se particularmente eficaz

Estas abordagens identificam explicitamente a prestação de cuidados como uma situação importante para o equilíbrio entre o trabalho e a vida privada que pode ser vivida pelos trabalhadores. Os trabalhadores que prestam cuidados são identificados e beneficiam das disposições universais aplicáveis aos trabalhadores. Prevêem ainda medidas especificamente orientadas para os trabalhadores que prestam cuidados, a fim de responder a necessidades a que as disposições universais não respondem. Muitos dos casos mostram de que forma os empregadores reconheceram as vantagens, tanto para si próprios como para os empregados, de responder à necessidade de equilibrar a vida profissional e a vida privada sentida pelos trabalhadores que prestam cuidados.

O papel crucial dos gestores sectoriais

A resposta quotidiana às necessidades dos trabalhadores que prestam cuidados é dada através da negociação individual com os gestores sectoriais. Embora, de um modo geral, se observe uma resistência inicial por parte dos gestores sectoriais, os casos revelam de que forma esta resistência pode ser superada através de um esforço no sentido de sensibilizar, apoiar e preparar os gestores de linha para terem em conta as necessidades dos trabalhadores que prestam cuidados.

Uma situação que afecta homens e mulheres

Para além de associar as abordagens das empresas em relação aos trabalhadores que prestam cuidados a políticas em matéria de igualdade entre homens e mulheres, abordando, nomeadamente, o facto de haver maior probabilidade de as mulheres optarem por uma licença de longa duração e/ou de sofrerem consequências negativas para a sua carreira, alguns casos revelam um reconhecimento crescente da importância das questões relacionadas com o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar também para os homens.

Evitar que os trabalhadores que prestam cuidados abandonem o emprego/facilitar o seu regresso ao trabalho

Uma série de casos mostra de que forma os empregadores foram motivados para prever medidas destinadas aos trabalhadores que prestam cuidados no intuito de conservar os seus empregados, bem como de evitar que os trabalhadores tirassem licenças de longa duração, salvo em caso de absoluta necessidade. Quando os trabalhadores tiram licenças de longa duração, as empresas procuram manter

contacto com eles e facilitar o seu regresso ao trabalho. Alguns casos mostram de que forma, em mercados de trabalho difíceis, os empregadores se esforçam por que os prestadores de cuidados não sejam excluídos dos seus esforços de recrutamento.

Indicadores para políticas

Em última análise, incumbe aos Estados-Membros e aos parceiros sociais (no âmbito da negociação colectiva ou de outros mecanismos pertinentes) aplicar medidas eficazes para apoiar de forma generalizada e sistemática os trabalhadores que prestam cuidados. Contudo, dado que a investigação observou que as políticas e as práticas neste domínio divergem consideravelmente consoante os países, a UE e as suas instituições têm um papel importante a desempenhar incentivando a adopção de disposições mais gerais e mais sistemáticas ao nível dos Estados-Membros.

O relatório sugere diversas áreas de acção importantes.

Reforçar as disposições políticas neste domínio ao nível da UE

As actuais referências políticas podem ser tornadas mais concretas e operacionais. Poderia ser realizada uma avaliação exaustiva do impacto para informar a futura política neste domínio. É necessário desenvolver uma abordagem coordenada e transversal, que integre o mercado de trabalho, a protecção social, a prestação de cuidados a longo prazo e outras áreas políticas pertinentes.

Mais atenção dos Estados-Membros e nos processos de diálogo social

Poderiam ser promovidas e apoiadas iniciativas de sensibilização e intercâmbio de experiências de boas práticas.

Iniciativas directamente orientadas para os empregadores

As partes interessadas pertinentes ao nível da UE e dos Estados-Membros (incluindo os parceiros sociais e outros agentes, como associações profissionais da área dos recursos humanos) poderiam desenvolver medidas destinadas a sensibilizar os empregados dos Estados-Membros.

Apoio à investigação e reforço da base de conhecimentos

É necessária uma base de conhecimentos mais sólida para informar a política e as acções neste domínio. Seria muito útil a concessão de apoio à investigação, ao nível da UE e dos Estados-Membros, o reforço das estatísticas à escala da UE e a compilação de um número significativo de políticas e actividades desenvolvidas pelos Estados-Membros neste domínio.

Informações adicionais

O relatório *Company initiatives for workers with care responsibilities for disabled children or adults* [Iniciativas das empresas para trabalhadores com responsabilidades de prestação de cuidados a crianças ou adultos com deficiências] encontra-se disponível em linha em <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1147.htm>.

Para mais informações, contactar Teresa Renehan, ter@eurofound.europa.eu.